

CARTILHA SINTER-MG

NÃO À PEC DE DESTRUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS!

ENTENDA COMO A REFORMA ADMINISTRATIVA VAI DESTRUIR OS
SERVIÇOS PÚBLICOS, AFETANDO SERVIDORES NOVOS, ATUAIS E A
POPULAÇÃO



Filiado à



SINTER-MG

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA
E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Apresentação

Por que o SINTER-MG diz não à reforma administrativa? Porque não se trata de uma reforma, mas sim de mais um ataque aos nossos direitos. Entendemos que a reforma é a sequência de uma série de medidas do projeto de profunda destruição do papel do Estado, que está sendo executado pelo governo federal, e que prejudica todos os servidores, o serviço público e o povo brasileiro.

A PEC 32 é o cumprimento da agenda neoliberal que vivenciamos, e faz parte de ataques como a MP de contratação no serviço público, emenda do teto, que limita os gastos públicos com políticas sociais, reforma trabalhista, terceirização no serviço público, reforma da previdência, programa de privatizações, MP 1045, e diversas outras medidas, que promovem o desmonte do papel do Estado e a mercantilização dos direitos sociais.

Principalmente na pandemia, ficou evidente a importância do serviço público e como as propostas dessa agenda nefasta impactam de forma tão negativa a vida dos brasileiros. No período em que mais precisamos de investimentos na saúde, por exemplo, temos em vigor a Emenda Constitucional 95, ou emenda da morte, que congelou o teto dos gastos públicos.

A exemplo dos falsos argumentos que foram dados para aprovar as reformas anteriores, a reforma administrativa, também ao contrário do que dizem, não combate privilégios, porque não mexe com quem ganha grandes salários, mas atinge professores, enfermeiros e outras categorias que garantem serviços básicos e essenciais à população.

Nosso objetivo com este texto é esclarecer que todos serão afetados com a reforma, desde os atuais trabalhadores, aos que pretendem ingressar no serviço público e a população brasileira, especialmente, os mais pobres, que contarão com menos atendimentos em hospitais, escolas e outros serviços básicos. É preciso mobilização para barrar a reforma!

Diretoria Colegiada SINTER-MG



O governo diz que a reforma é necessária. Mas isto não é verdade!
Saiba porque precisamos lutar contra a Reforma Administrativa

O governo diz que a reforma administrativa é necessária para o Brasil voltar a crescer e que ela vai corrigir injustiças. Isso é verdade?

Não. O que o governo propõe, na PEC da reforma administrativa, é a desorganização do serviço público, tirando do Estado atribuições fundamentais no atendimento à população e entregando serviços essenciais às empresas privadas. A reforma é mais uma disputa pelo orçamento público, a exemplo da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou o orçamento para os serviços públicos por 20 anos, e se soma a outras medidas que vão no sentido de reduzir o papel do Estado, transformando direitos sociais em “mercadoria”.

Com o objetivo de enfraquecer o serviço público, a PEC da reforma Administrativa, do governo de Jair Bolsonaro, traz uma série de ataques aos servidores públicos, especialmente os que ganham menos. Importante lembrar que recentemente foram aprovadas várias medidas que também foram apresentadas com esse discurso de que fariam o Brasil voltar a crescer, como o teto de gastos (EC 95/2016), terceirização geral; reforma trabalhista; reforma da Previdência. Nenhuma delas resolveu os nossos problemas; pelo contrário, aumentaram os ganhos dos mais ricos e empobreceram a grande maioria da população.

O governo diz que há muitos servidores públicos no Brasil e que eles são privilegiados. Isso é verdade?

Outra mentira. O número de servidores públicos no Brasil (federal, estadual e municipal) corresponde a 12,5% da população empregada. Esse número fica abaixo da média de países tidos como liberais, como Estados Unidos (15,89%), e América Latina e Caribe, cuja média é de 17,88%. Quando comparamos o número de servidores públicos do Brasil com a média de outros países, como aqueles que pertencem à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) – Portugal, Espanha, Alemanha e Canadá, por exemplo – o Brasil tem 5,6% da sua população vinculada ao serviço público. Enquanto que a média nesses países é de 10%, proporcionalmente à sua população. Para nosso país atingir essa média, seria necessário aumentar o número de servidores dos atuais 11 milhões para 21 milhões.

Metade dos servidores e servidoras públicos no Brasil ganha até de R\$ 2,9 mil por mês (isso sem contar os descontos). Quanto ao rendimento dos trabalhadores, em média, servidores e servidoras ganham 8% mais que trabalhadores e trabalhadoras do setor privado exercendo funções similares, mas cabe lembrar que é exigido do servidor público, por conta do concurso, escolaridade, conhecimentos gerais e específicos de sua área de atuação e capacitação permanente para atuar no serviço público.



Então, por que é tão divulgado na imprensa que a reforma vai combater privilégios?

O governo usa um discurso distorcido para fazer a população acreditar que os direitos básicos conquistados pelos trabalhadores do serviço público são “privilégios”. Mas, na verdade, os servidores “privilegiados”, que recebem altos salários, não serão afetados pela reforma, ela não se aplica a eles. A reforma não atinge magistratura, procuradores e promotores, cujas “vantagens” são mais recorrentes, maiores e servem para assegurar pagamentos acima do teto do funcionalismo. Inclusive, o ministro da Economia, Paulo Guedes, defende que a “meritocracia” seja ampliada, e que servidores que ocupem cargos como o da Presidência da República e do Supremo Tribunal Federal (STF), recebam muito mais do que recebem hoje. Atualmente, os ministros do STF recebem o teto de R\$ 39,2 mil por mês, mais uma série de “ajudas”. A reforma também não atinge militares, e enquanto determina várias vedações e perdas de direitos para o pessoal civil, pode ampliar, por exemplo, a possibilidade de acumulação de cargos civis por militares.



A reforma afeta só servidores ou afeta também a população brasileira?

Além de diminuir drasticamente o serviço público e retirar direitos dos servidores, a reforma acabará com o acesso da população a serviços gratuitos como saúde, educação e segurança. A proposta de Bolsonaro e Guedes, entrega os serviços públicos básicos e essenciais a empresas privadas.

O Estado só irá atuar onde o setor privado não puder ou não tiver interesse em atender. Um exemplo: sabemos que a saúde é uma área muito disputada pelo mercado, então os postos de saúde públicos deixarão de ser um serviço gratuito para a população, passando a ser cobrado. O mesmo aconteceria com universidades, escolas e qualquer outro serviço que as empresas privadas tenham interesse. Ao invés de ampliar e fortalecer o serviço público, o governo quer acabar com ele. Tal medida pode significar o desmonte da estrutura de serviços públicos essenciais que não estarão protegidos.

Por que o governo insiste tanto em dizer que a gestão dos servidores é complexa e que o serviço público é ineficiente?

O governo precisa convencer a população que a reforma é boa, mas de fato, o que se pretende com a reforma é criar mecanismos para facilitar a demissão dos servidores. A reforma é um pretexto para acabar com a estabilidade, facilitando a perseguição política, a pressão das chefias para cumprimento de ordens indevidas ou ilegais, abrindo portas para a corrupção. A reforma também facilita que sejam mantidos os apadrinhamentos e privilégios e se acabe com os concursos públicos para grande parte dos cargos.

Já a “ineficiência” alegada pelo governo, diz muito mais sobre a gestão que é eleita e não sobre os servidores públicos. Um exemplo claro foi a completa incompetência da gestão do governo federal na pandemia e o importantíssimo papel desenvolvido pelos servidores do SUS, que seguem atuando em defesa da vida.

E como fica a estabilidade?

Diferente de como é hoje, em que a forma de ingresso no serviço público é pelo concurso público, se aprovada, a PEC instituirá cinco modalidades de contratação, onde somente uma teria direito à estabilidade. Todas as demais – a esmagadora maioria – perdem este direito. O texto da reforma recria o entendimento de “cargo típico de Estado”, adotado na ditadura civil-militar, para diferenciar servidores e servidoras que continuariam a ter estabilidade. Os critérios para determinar o que são “cargos típicos de Estado” serão estabelecidos por lei complementar, o que representa um alto risco, uma vez que ainda não se tem conhecimento de tal projeto, que pode ser uma ameaça ao princípio da impessoalidade.

E o argumento do governo de que há falta de recursos para manter a folha de pagamento e que há perda da capacidade de investimento?

A aprovação da PEC 95, do teto dos gastos públicos, em 2016, foi uma escolha do próprio governo em não participar do desenvolvimento da economia do país, não atuar para estimular o crescimento econômico e, conseqüentemente, não aumentar a arrecadação, que proporcionaria a melhoria dos serviços públicos. O que faz o país perder investimentos é a escolha que os governantes vêm fazendo, de reduzir a participação do Estado no processo econômico, a partir da aprovação de medidas que só geram desemprego e queda da arrecadação.

A PEC da Reforma Administrativa é a continuidade do projeto de atacar direitos e colocar a culpa dos problemas do país nas costas e na conta dos trabalhadores! A reforma é a continuidade do pacote de maldades aprovado com as reformas da previdência, trabalhista e as privatizações que entregam o patrimônio público a empresas privadas. Todas essas alterações estão sendo aprovadas para aumentar a terceirização, atacar a organização sindical, retirar ainda mais direitos dos trabalhadores e promover a concentração de riquezas nas mãos de banqueiros e grandes empresários.

O Brasil precisa de mais serviços públicos e não menos!

A reforma vai diminuir os cargos de comissão e a possibilidade de indicações políticas para exercer funções nos serviços públicos?

Não! As funções de confiança, os cargos em comissão e as gratificações de caráter não permanente, que atualmente podem ser exercidas apenas por servidoras e servidores efetivos, serão gradualmente substituídos pelos “cargos de liderança e assessoramento”. Esses cargos, terão seus critérios de acesso determinados pelo chefe de cada Poder (ou seja, abre-se totalmente espaço para concepções pessoais, política, religiosas, etc.) Essas funções deixam de ser exercidas exclusivamente pelo pessoal concursado.



A reforma afeta somente futuros servidores federais?

Não. A reforma se aplica a todos os servidores públicos do país, da administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

E não, a reforma não atingirá apenas futuros servidores. A reforma atinge novos servidores, os servidores da ativa e aposentados e pensionistas. A reforma possibilita a retirada de direitos dos servidores atuais, em benefícios como férias superiores a 30 dias, adicionais por tempo de serviço, efeitos retroativos de reajustes, evolução na carreira, incorporação de remunerações, além de reduzir a ação coletiva, uma vez que fragmenta a representação destes trabalhadores.

Como não se sabe quais são os critérios de avaliação dos servidores, eles estariam submetidos a todo tipo de pressão, pois não teriam estabilidade. Além disso, para os servidores atuais, participação em greves e mobilizações por direitos, podem gerar más avaliações em seu desempenho, por pressões políticas. A reforma possibilitará aos governantes um ambiente de pressão e ameaça permanente. Aposentados e pensionistas podem ser atingidos pelo fim da paridade, já que ela pode estar vinculada a carreiras que serão extintas e também pelo fim do pagamento de demais premiações como produtividade, o que aumentará ainda mais a perda dos aposentados e aposentadas.

O que você precisa saber...



- A reforma administrativa afeta os servidores atuais, os novos e toda a população;
- A reforma administrativa extingue o regime jurídico único da União, estados e municípios, prejudicando a carreira dos atuais e novos trabalhadores do serviço público;
- Serão criados novos 5 vínculos de contratação, o que significa prejuízos para as carreiras, uma vez que cargos de confiança e contratações sem concurso serão ampliados, o fim da estabilidade e a maior vulnerabilidade a pressões políticas;
- A reforma simplifica e facilita o desligamento do servidor, abrindo o caminho para a corrupção;
- Incentiva instrumentos de cooperação, que significa basicamente a privatização dos serviços públicos, permitindo, inclusive, o uso da estrutura física do serviço público;
- Com a reforma administrativa servidores com experiência e formação poderão ser substituídos por cargos de confiança;
- Com a reforma administrativa, o estágio probatório passa a ser uma etapa de seleção, sem regras claras dos critérios de avaliação, abrindo portas para as pressões políticas.

A reforma administrativa amplia o poder do executivo para extinguir e transformar cargos, órgãos, autarquias e funções na “canetada”.

Já pensou se fosse assim na tentativa de fusão da Emater?



Como eu posso lutar para que a reforma NÃO seja aprovada?

→ PRESSIONANDO OS(AS) DEPUTADOS(AS) FEDERAIS DE MINAS, QUE SE MOSTRAM FAVORÁVEIS À PEC 32

Para evitar mais este desmonte, é preciso atuação conjunta de sindicatos, trabalhadores e população para cobrar que os deputados federais rejeitem a PEC. Envie e-mails, acesse sites de pressão e cobre dos deputados federais, especialmente os mineiros e os que receberam seu voto, que sejam contra a proposta. Utilize também as redes sociais. Alguns links para te ajudar:

- [Câmara dos Deputados](#)
- [Na Pressão - CUT](#)
- [Frente Parlamentar Mista em defesa do serviço público](#)
- [Frente Serviço Público](#)

→ ATUAÇÃO COLETIVA

Precisamos nos unir às outras classes, aos trabalhadores do campo e da cidade, dos setores público e privado. Só com união e luta conjunta poderemos barrar a reforma e os ataques à população brasileira. Contamos com você para divulgar este material e participar das nossas atividades! Fique atento(a) e participe também de mobilizações de outras categorias. A união faz a diferença.

→ CONVERSAR COM AMIGOS, FAMILIARES, COLEGAS DE TRABALHO E PESSOAS PRÓXIMAS, EXPLICANDO OS MALEFÍCIOS DA PEC

O SINTER e os outros sindicatos têm oferecido lives e materiais explicativos sobre os problemas que a Reforma Administrativa representa. Precisamos saber contra o que estamos lutando e também conseguir explicar para outras pessoas. Quanto mais gente envolvida, maior a pressão. Fique ligado(a) aos conteúdos e faça sua parte!

→ MANTER-SE INFORMADO(A) E COMPARTILHAR OS CONTEÚDOS DOS SINDICATOS

Fique atento(a) às nossas mobilizações. Participe das campanhas virtuais. Para combatermos a PEC, precisamos de informações que mostrem os prejuízos aos trabalhadores e à população. É preciso entender que são dois lados diferentes: o governo quer fazer a população acreditar que os trabalhadores do serviço público são vilões. Nós precisamos mostrar à população o quão essencial e importante é o serviço público!

Alguns sites que podem te ajudar com informações:

[SINTER-MG](#)

[CUT Brasil](#)

[Que Estado queremos](#)

[Não à PEC 32](#)

Nosso compromisso, enquanto entidade sindical, é seguir resistindo, pressionando governantes e lutando para defender a democracia, a vida, o emprego e os direitos dos trabalhadores. Fortalecer o serviço público é fortalecer o Brasil.

Precisamos estar atuantes e defender um Estado forte, provedor dos serviços essenciais para a população. Por isso, convocamos os trabalhadores da ATER à luta.

CONSELHO DIRETOR DELIBERATIVO SINTER-MG 2019-2022

Diretor Geral: Fábio Alves de Moraes | **Diretor Secretário:** Ronaldo Vieira Aquino | **Diretor de Administração e Finanças:** Carlos Augusto de Carvalho | **Diretor de Comunicação e Cultura:** Janya Aparecida de Paula Costa | **Diretor De Assuntos Jurídicos:** Pascoal Pereira de Almeida | **Diretor de Formação Política e Sindical:** Rubem de Almeida | **Diretor de Assuntos de Agricultura Familiar e Reforma Agrária:** Leni Alves de Souza | **Diretor De Assuntos dos Aposentados:** Reinaldo Bortone

DIRETORES DE BASE

Alto Paranaíba e Noroeste: Guiomar Magela da Mota | **Centro:** Silmara Aparecida Cota Campos | **Norte:** Dinamar Dias Barbosa | | **Leste:** Wildes Vilarino Ferreira | **Zona da Mata:** Célio Alexandre de Oliveira Barros | **Triângulo:** Cláudia Aparecida Sabino El Armali | **Sul:** André Martins Ferreira

REPRESENTANTES DAS SEÇÕES SINDICAIS

Janaúba: Raimundo Mendes de Souza Júnior | **Januária:** Fernando Cardoso de Oliveira | **Montes Claros:** Fernanda Maria Lima Maia | **Salinas:** Maria Dolores Patente Tanure | **Barbacena:** Tadeu César Gomes de Azevedo | **Belo Horizonte:** Walfrido Machado Albernaz | **Curvelo:** Marilson Dalla Bernardina | **Divinópolis:** Virginio Alves Pereira Neto | **Uberaba:** Simone da Consolação Silva Ribeiro | **Uberlândia:** Carlos Miguel Rodrigues Couto | **Patos de Minas:** José dos Reis Pereira | **Unaí:** Estelha Maria da Silva Lima | **Almenara:** José Geraldo Lisboa de Matos | **Capelinha:** Ismael Mansur Furtado | **Governador Valadares:** Lilian Gonçalves Barroso | **Teófilo Otoni:** Paulo Ernesto Palmieri | **Cataguases:** Josele Almeida de Souza | **Manhuaçu:** Adenilson Mendes Chaves | **Juiz de Fora:** Wellerson da Fonseca Masson | **Viçosa:** Margareth do Carmo Cruz Guimarães | **Alfenas:** Patrícia Regina Domingos | **Lavras:** Francisco Carlos Pedro | **Pouso Alegre:** Daniel de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Ione Quadros Maia Carvalho | Noé de Oliveira Fernandes Filho | Paulo César Thompson | Lúcio Passos Ferreira | Darci Maria do Rosário Julião

**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA
E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Rua José de Alencar, 738 – Nova Suíça - BH - MG - CEP: 30421-185

Tel: (31) 3334-3080

contato@sinter-mg.org.br | www.sinter-mg.org.br

Produção: SINTER-MG - Ilustrações: Ricardo Sá
Com informações de SINDSEP-DF



Filiado à

